

## Sumario

*Como afirma el autor: "toda fe es necesariamente una fe inculturada". Afirma esto partiendo del hecho de que la fe acontece en la acogida a la iniciativa salvífica de Dios para con la persona humana, como algo que viene al encuentro, que sorprende, que cuestiona, desconcierta e inquieta. Para la persona, captar esta iniciativa divina, presupone una comprensión, una lectura, una interpretación de esta experiencia. Ahora, esta comprensión de la experiencia acontece en el contexto socio-cultural de la persona.*

# A inculturação da fé como experiência salvífica interpretada

**Mario de França Miranda s.j.**

Profesor de Teología

Rua de Marques de São Vicente, 389

Tel. (55-21) 529-9313 - 540 0620 - 540 0621

22451 Río de Janeiro, RJ - Brasil

mfranca@mail.rde.pue-rio.br

**P**artimos do fato que a inculturação da fé já acontece no próprio acolhimento da iniciativa salvífica de Deus. Na verdade a resposta do ser humano não pode prescindir de seu contexto sociocultural, pois é só no interior da fé, ato e objeto, que a ação de Deus se manifesta em sua realidade. E esta fé, por sua vez, é sempre fé de alguém que captou e acolheu o gesto divino como tal, o que sempre acontece no interior de uma cultura determinada. Portanto toda fé é necessariamente fé inculturada.

Contudo esta afirmação implica dois outros componentes que vão merecer nossa atenção. Primeiramente porque a ação de Deus nela pressuposta indica que o objeto da fé não é algo meramente subjetivo, produto da mente humana, projeção de sonhos ou desejos, criação nossa para solucionar nossas aporias. É algo que esbarra em nós, que nos vem ao encontro, que goza de autonomia, que nos surpreende, que nos questiona, desconcerta e inquieta. Numa palavra é algo que nos atinge, é algo que experimentamos. E esta experiência é para nós significativa, importante, central. Nela conhecemos existencialmente o que a teologia chama de “salvação”. Portanto trata-se para nós de uma experiência salvífica.

A característica de salvífica não brota espontaneamente da experiência, mas pressupõe uma compreensão, uma leitura, uma interpretação da experiência. E este é o segundo componente da fé inculturada que pede uma reflexão própria. Pois a experiência, ia, não pode ser separada de sua percepção no interior de um contexto sociocultural, sob pena de não só deixar de ser salvífica, mas mais fundamentalmente de ser experiência humana sem mais. Pois toda experiência que mereça este nome não pode ser reduzida a um fato bruto, ininteligível, inatingível, e portanto incapaz de ser captado como experiência humana. Portanto toda experiência realizada pelo ser humano é uma experiência de certo modo entendida e portanto, como veremos, interpretada. E a experiência salvífica não faz exceção.

Examinaremos como a inculturação da fé constitui sempre uma interpretação da experiência salvífica, testemunhada pelos primeiros cristãos no Novo Testamento. E veremos também como ela implica, necessariamente, um momento criativo, um risco do inédito, um surgir do novo. A experiência salvífica cristã para manter sua identidade em outros contextos deve ser vivida e expressa diversamente.

## **1. A experiência salvífica como ponto de partida**

À primeira vista deveríamos partir da revelação, do gesto gratuito de Deus de se manifestar a nós para nossa salvação. Esta revelação, já expressa numa doutrina, é que deveria ser inculturada ou “traduzida” para o nosso atual horizonte cultural. Entretanto esta concepção de revelação deve ser corrigida sob pena de iniciarmos erradamente nossa reflexão.

Revelação cristã não significa primeira e fundamentalmente um saber sobre Deus, embora tal concepção tenha vigorado muito tempo no cristianismo. Naturalmente a ação salvífica de Deus tem uma dimensão cognitiva. Porém, sob a influência do helenismo e da gnose, houve uma intelectualização exagerada da mesma. Com isto a revelação foi entendida como transmissão de um ensinamento divino que serve à salvação. Daí a preocupação unilateral com as verdades reveladas ou com as formulações da fé, que acaba por gerar um cristianismo racionalizado, cujas conseqüências sofremos ainda hoje.

Esta compreensão inadequada de revelação recebe sua correção no Concílio Vaticano II através da Constituição Dogmática Dei Verbum, que considera a revelação um “anúncio da salvação” (DV 1), um encontro salvífico de Deus com o ser humano visando primariamente não à transmissão de verdades e sim à comunicação de vida e salvação.

Deste modo recupera o Concílio a concepção bíblica de revelação, na qual revelação de Deus e realização da salvação se equívalem. Daí deverem ambas se interpretarem mutuamente. Trata-

se portanto da intervenção salvífica de Deus, experimentada e manifestada por seu povo. Constitui um evento novo, criativo, eficaz, e não só o desvelar de verdades inacessíveis. Mais do que informações significa realizações históricas.

Na vida de Cristo, em sua práxis iluminada por suas palavras, torna-se presente e se manifesta a salvação. Como diz o texto conciliar: “pela total presença e manifestação de Si mesmo por palavras e obras, sinais e milagres, e especialmente por sua morte e gloriosa ressurreição dentre os mortos, enviado finalmente o Espírito de verdade, aperfeiçoa e completa a revelação e a confirma com o testemunho divino de que Deus está conosco para libertar-nos das trevas do pecado e da morte e para ressuscitar-nos para a vida eterna” (DV 4).

Já que esta salvação é o próprio Deus, é exatamente Ele que nos é dado na revelação. A revelação acontece na própria doação. É não só um acesso ao conhecimento, mas sobretudo um convite a participarmos da vida de Deus, com tudo o que isto implica (DV 6). Aqui está a originalidade da revelação cristã em relação às “revelações” de outras religiões: não se comunicam verdades desconhecidas, mas se afirma a própria divindade se entregando a nós.

Esta afirmação, que perpassa toda a Bíblia, implica também que o ser humano capte e experimente de algum modo esta ação de Deus. Caso contrário nem poderíamos falar de revelação salvífica. Pois a autocomunicação de Deus chega à sua meta na medida em que é acolhida pelo ser humano. Portanto o acolhimento na fé é parte constitutiva da realidade da revelação de Deus. Pois é também a autocomunicação de Deus (Espírito Santo) que desvela nas palavras e nos fatos históricos sua própria presença e atuação no mundo.

Sem a fé os feitos históricos de Deus em favor de seu povo estariam mudos, a proclamação evangélica seria palavra humana e a verdade última sobre Jesus Cristo nos seria desconhecida. Confessamos também resultar ela da ação de Deus, que portanto não só nos interpela, mas ainda nos possibilita captar esta interpelação. Podemos assim concluir que a resposta da fé à iniciativa divina pertence ao próprio conteúdo do que é Palavra de Deus para nós. Se não podemos reduzir a ressurreição de Cristo à fé pascal, também

não podemos ter uma experiência de Cristo ressuscitado prescindindo da fé. Pela mesma razão devemos afirmar não estar completa a revelação sem a Igreja, enquanto comunidade dos que crêem.

## **2. A experiência humana como fenômeno complexo**

Não é fácil tentar determinar o que seja “experiência” sem mais. Comprovam-no as diferentes interpretações desta realidade ao longo da história, que a tornam uma das noções mais obscuras da filosofia. Não iremos discutir aqui as várias elaborações filosóficas já oferecidas, embora inevitavelmente nossa reflexão contenha posicionamentos que as implicam, positiva ou negativamente. Apenas pretendemos apresentar algumas características desta noção que são requeridas para nosso estudo.

Caracterizamos experiência como uma modalidade (e também fonte) de conhecimento de certo modo imediato, enquanto não acontece pela atividade discursiva da inteligência, como seria a conclusão de um silogismo, nem por uma reflexão posterior, nem pelo acolhimento do saber em razão da autoridade ou de uma tradição histórica. Portanto trata-se de uma percepção direta de algo, que provoca grande certeza fundada numa evidência específica. Naturalmente esta percepção tem sua dimensão intelectual, mas, por si, implica todo o ser humano (inteligência, vontade, sentimentos, imaginação, corporeidade).

A experiência que nos interessa já foi caracterizada como experiência existencial, em oposição a experiências empíricas e científicas. É a experiência pessoal do ser humano no horizonte total da realidade onde vive e se realiza como homem ou mulher. Pode ser transcendental enquanto está presente em cada experiência humana, já que nesta se oferece o horizonte ilimitado, intrínseco e pressuposto em todo conhecer ou querer. Pode ser categorial se nos referimos às experiências humanas sem mais, que se dão através dos sentidos, ou se constituem atualizações de experiências passadas ou ainda simples presença psicológica do ser humano a si mesmo. Podemos distinguir ainda experiências interiores e exteriores, bem como experiências estéticas, históricas, místicas, pessoais, religiosas, etc.

Importante para nós é a caracterização da experiência como um tipo de conhecimento de certo modo imediato. Este “de certo modo” já nos indica que o problema diz respeito à imediatidade da experiência humana, que nunca se verifica sem mediações. O problema de fundo toca a dimensão objetiva e subjetiva da experiência. O empirismo (Hume), do qual está muito próximo o “sentido comum”, afirma que na experiência a realidade como tal se dá a conhecer ao sujeito, ficando de fora as condições deste conhecimento e, no fundo, o próprio sujeito. O conhecimento é imediato, não conceitual e portanto o mais certo e seguro, aparecendo então como critério último de verdade e certeza.

Kant com seu método transcendental afirma ser a experiência algo construído, na qual se encontra mais do que o simples dado. Pois nela entram elementos provenientes do próprio sujeito, que tornam possível a experiência como tal. As categorias a priori ajudam a soletrar as manifestações e a ler a experiência. Hegel procura mostrar que a experiência se constitui ao longo da história, já que o sujeito que experimenta é histórico. As mudanças históricas transformam nossas categorias permitindo-nos novas experiências, mesmo com realidades já experimentadas. Poderíamos mencionar ainda a noção de “ideologia” de K. Marx, a crítica genealógica do conhecimento de Nietzsche, o círculo hermenêutico do existencialismo, o relativismo da antropologia cultural e os jogos de linguagem de Wittgenstein. Todos estes elementos abalam não só uma atitude confiante na universalidade dos enunciados cognitivos, porém, ainda mais profundamente, lançam profundas suspeitas em torno da questão do acesso à verdade. Contudo não é nosso objetivo entrar nesta atual discussão epistemológica.

Apenas pretendemos enfatizar que toda experiência humana, enquanto humana, é um fenômeno captado e percebido pelo ser humano. Nel isidade seja do fundamentalismo no primeiro caso, seja do relativismo no segundo. A experiência influi na interpretação e a suscita, mas também o quadro interpretativo influi na experiência. A experiência é outra, se é diversamente interpretada. Assim, por exemplo, os primeiros discípulos de Jesus fizeram com ele uma experiência salvífica, enquanto seus opositores tiveram uma experiência especificamente diferente, considerando-o uma ameaça a ser eliminada.

O quadro interpretativo implica modelos de pensamento, teorias, valores, sentimentos, expectativas, que constituem a linguagem da época. O experimentado, a interpretação e a linguagem ou quadro interpretativo se condicionam mutuamente, vindo a constituir a experiência humana. Esta, enquanto humana, é necessariamente epocal, situada, numa palavra, histórica. Embora a realidade experimentada seja a mesma, tanto a experiência com ela, quanto sua expressão, são historicamente condicionadas. Esta afirmação vale também quando esta realidade consiste na ação salvífica de Deus.

A realidade experimentada goza ainda de certa autonomia com relação ao quadro interpretativo onde se situa. Pois ela nem sempre corresponde ao que dela se esperava, questionando e fazendo explodir o modelo que a interpretava. Este último é assim corrigido, ampliado, aperfeiçoado, reinterpretado ou, em certos casos, até mesmo substituído. Voltando ao exemplo da experiência dos primeiros discípulos com Jesus Cristo. Esta acabou por evidenciar a insuficiência do quadro interpretativo veterotestamentário, inadequado para a percepção e expressão da pessoa do Salvador. Portanto a relação entre quadro interpretativo e experiência é constitutivamente dialética.

### **3. A experiência salvífica cristã**

Começemos com uma definição descritiva do que seja uma experiência religiosa. Poderíamos caracterizá-la como uma resposta ao que é percebido como último, a qual envolve toda a pessoa, é dotada de peculiar intensidade e leva à ação. Resposta porque é sempre o “outro” quem toma a iniciativa do encontro, mesmo que o faça através de mediações variadas. Resposta ao Último e não a qualquer força, bem, presença ou entidade. Percebido como tal pelo que faz a experiência, pois nela está presente a interpretação do sujeito. Ela atinge toda a pessoa, mente, vontade, emotividade, corpo, embora não simultaneamente e nem no mesmo grau. A intensidade peculiar não significa uma repercussão altamente emotiva no sujeito, mas apenas que o mesmo tem dela uma consciência qualitativa, importante. Finalmente a experiência religiosa leva à ação, pois dotada de um imperativo próprio, faz com que a pessoa reorganize em torno de si os demais aspectos de sua vida.

Esta experiência religiosa tem na abertura do espírito humano ao Último seu pressuposto fundamental. Esta abertura tanto diz respeito à inteligência como à liberdade. S. Agostinho a caracteriza nas *Confissões* como a nostalgia pelo Infinito, experiência finita da presença inapreensível do Infinito no humano. Sua percepção acontece *na fé*, pois não é realização do homem mas graça de Deus<sup>1</sup>.

A abertura do espírito humano ao Último consiste em seu próprio dinamismo para um horizonte inatingível, para a plenitude do ser e do bem, que mobiliza a inteligência e a liberdade do homem e está presente em cada ato cognitivo ou volitivo como condição de sua própria possibilidade. Este horizonte infinito, para o qual está voltado estruturalmente o ser humano, vem a ser o próprio Deus, experimentado como próximo e imediato, fundamentando nossa esperança de chegarmos a Ele.

A partir de uma adequada concepção cristã da criação, sempre e totalmente voltada para a salvação, o Último para o qual estamos constitutivamente voltados, é o Deus que vem ao nosso encontro para nos salvar, é o Deus que se autocomunica a nós. Em cada ato de conhecimento ou de querer o dinamismo do espírito ultrapassa o objeto conhecido ou querido, voltando-se para este horizonte infinito. A experiência de Deus é mais propriamente uma experiência de estarmos voltados para Deus, e acontece sempre na experiência do conhecimento ou do querer concreto. Nesta experiência está a base segura para o discurso sobre Deus. Caso contrário correremos sempre o perigo de imaginá-lo erradamente<sup>2</sup>.

Contudo devemos sempre distinguir a experiência primeira de sua tematização posterior. Mesmo uma autêntica experiência mística pode ser entendida e verbalizada correta ou incorretamente, suficiente ou insuficientemente. Pode mesmo não apresentar explicitamente relação direta com a fé cristã. Tudo irá depender do instrumental

<sup>1</sup> N.F. EICHSTÄTT, "Erfahrung in Augustins Confessiones", *Internationale Katholische Zeitschrift COMMUNIO* 25 (1996) 206-220.

<sup>2</sup> K. RAHNER, "Gottese Erfahrung heute", *Schriften zur Theologie IX*, Einsiedeln, 1970, 160-176.

lingüístico usado, do quadro interpretativo disponível. Naturalmente tematizações diversas podem provir de uma mesma experiência primeira, mas também podem refletir experiências diversas<sup>3</sup>.

Fundamental aqui é observar que a experiência de Deus não é um mero produto da interpretação humana, criação do *sagrado* pelo ser humano, já que aconteceu *por iniciativa do próprio Deus* que vem ao encontro da homem. Este dado distingue a noção teológica de experiência religiosa das outras leituras de cunho fenomenológico, que nem sempre respeitam os limites da própria perspectiva e do nível epistemológico de onde são pensadas. De fato, é um pressuposto fundamental da Bíblia, participado também por outras religiões, o que afirma a *ação de Deus* no ser humano e na história, mesmo que não consigamos dar uma explicação racional satisfatória para esta atuação.

Como conseqüência central desta verdade devemos afirmar que a experiência salvífica de Deus é *determinada por Deus*. Isto significa que, da parte de Deus, nos é dada uma *orientação*, determinante para nossa interpretação, que entretanto só pode ser alcançada na própria interpretação, como fator interno da mesma<sup>4</sup>. Retomando o que dissemos anteriormente sobre o quadro interpretativo e sua importância para qualquer experiência humana, afirmamos então que esta última não se reduz ao mesmo, pois a realidade experimentada goza de certa *autonomia*. No caso da experiência salvífica de Deus, esta realidade é a própria ação de Deus. Caso contrário nem poderíamos falar propriamente de uma revelação *de Deus*.

Enquanto a ordem da criação está envolvida pela ordem da salvação, da qual recebe sentido e finalidade, enquanto, com outras palavras, o ser humano foi criado para o encontro com Deus, consiste o que chamamos de *salvação* exatamente neste encontro. Deste

<sup>3</sup> K. RAHNER, "Transzendenzerfahrung aus katholisch-dogmatischer Sicht", *Schriften zur Theologie XIII*, Einsiedeln, 1978, 207-225.

<sup>4</sup> Ver a crítica de L. DUPRÉ, *Religious Mystery and Rational Reflection*, Grand Rapids, 1998, 116s. E a resposta de E. SCHILLEBEECKX, *L'histoire des hommes, récit de Dieu*, Paris, 1992, 77, concordando com o mesmo. Assim se complementam a abordagem metafísica de Rahner e a fenomenológica de Schillebeeckx.

modo é a experiência de Deus, ou a experiência de estar-voltado-para-Deus, uma *experiência salvífica*. Naturalmente a respectiva noção de salvação irá também determinar o conteúdo “salvífico” desta experiência.

O início da realidade histórica conhecida como *cristianismo* consistiu num fato bastante simples, mas de enormes conseqüências: os primeiros discípulos, na convivência com Jesus Cristo, fizeram uma *experiência salvífica*, tiveram um encontro com o Deus da salvação. São Pedro irá exprimir esta verdade a seu modo: “Senhor, a quem iríamos? Tu tens palavras de vida eterna” (Jo 6,68). Mas não só palavras. Os gestos, as ações, as iniciativas, enfim, todo o comportamento de Jesus Cristo significou salvação para seus contemporâneos que o acolhiam. Aqui tocamos o fator mais básico para a irradiação surpreendente do cristianismo. Mais ainda. Ao proclamamos Jesus Cristo como nosso *Salvador*, reconhecemos nesta confissão o núcleo mais fundamental da fé cristã.

A experiência salvífica cristã acontece na própria experiência humana, interpretada num quadro fornecido pela fé cristã. Porém conforme o que foi dito anteriormente o cristão não tem apenas uma interpretação diversa do não cristão ou do ateu. Ele tem realmente uma *outra experiência*. A realidade é não somente interpretada, mas sobretudo experimentada *a partir de Deus*. Assim como a linguagem científica permite ao pesquisador não só uma interpretação científica da experiência, mas realmente uma experiência científica.

Naturalmente algumas experiências humanas possibilitam mais diretamente uma leitura cristã: o sentido da transcendência, a consciência moral, o compromisso de vida, a sensação estética, as relações interpessoais, o sofrimento e a morte<sup>5</sup>. São exemplos que não confinam contudo a experiência cristã a setores da realidade. De qualquer modo nela deve estar presente uma *intencionalidade* própria, dirigida à Realidade Última, que confere ao que realiza esta

490

<sup>5</sup> J. MACQUARRIE, “God in experience and argument”, em: E.T.LONG (ed.), *Experience, Reason and God*, Washington, 1980, 33-42, aqui 34s. Ver ainda os exemplos dados por K. RAHNER, “Erfahrung des Heiligen Geistes”, *Schriften zur Theologie XIII*, Einsiedeln, 1978, 226-251.

experiência um *sentido último* para o sujeito e para toda a realidade envolvente<sup>6</sup>. Esta é a *intencionalidade da fé*, dirigida a Deus, revelado e atuante em Jesus Cristo.

Outra característica básica da experiência salvífica cristã é que ela é essencialmente *crisológica*. Pois Jesus Cristo como o Verbo encarnado é uma manifestação única de Deus. Pois nele o Deus que usa terminologia diríamos que Jesus Cristo é constitutivo fundamental do quadro interpretativo cristão, sempre presente na experiência cristã. Ou, com outras palavras, é o único e exclusivo hermeneuta da nossa experiência cristã. Porém só podemos experimentar Deus encarnado *através da fé*, já que a pessoa de Jesus Cristo permite, como qualquer realidade, uma pluralidade de leituras e portanto de experiências. O texto de João acima citado (1 Jo 1,1-3) não implica empirismo, pois pressupõe a fé. Contudo esta fé significa mais do que uma perspectiva teórica de interpretação, pois só assumindo a existência mesma de Cristo teremos acesso à sua experiência de Deus.

A experiência salvífica cristã é portanto constituída pela *ação de Deus* (manifestada plenamente em Jesus Cristo) vivida na *experiência humana*. Já que na ordem histórica natureza e graça constituem sempre uma unidade mais primordial, podem se dar experiências cristãs autênticas que não são percebidas *como tais* pelos que as fazem. Mas aqui tratamos de experiências cristãs *conscientes*, porque se dão dentro de um quadro interpretativo cristão.

Este quadro interpretativo nos é oferecido na *Tradição da Igreja* que chega até nós. Esta significa a transmissão de experiências cristãs de gerações anteriores, cujo início remonta a Jesus Cristo. De fato, as experiências salvíficas feitas com ele pelos primeiros discípulos, realizadas à luz e na vivência da fé, portanto interpretadas, vividas e confessadas, constituem o Novo Testamento. Trata-se por conseguinte de um *testemunho de fé de experiências feitas*. Não estamos lidando primariamente com uma doutrina, embora ela esteja também implicada nestas experiências da Igreja Primitiva, e muito menos com meros relatos históricos de fatos acontecidos.

<sup>6</sup> H. VAZ, "A linguagem da experiência de Deus", *Escritos de Filosofia. Problemas de Fronteira*, S. Paulo, 1986, 241-256.

#### 4. A experiência salvífica atualizada

Se toda a ação de Deus é primariamente um *evento salvífico*, se a finalidade e o sentido último da revelação é *vivermos* a vida de Deus, se o gesto primeiro do Pai se realiza em plenitude quando é por nós recebido, então goza a experiência salvífica aí implicada de um *status teológico* único na totalidade da fé cristã. Podemos e devemos mesmo dizer que a tarefa principal da Igreja, enquanto sacramento universal da salvação para o mundo (LG 1), é levar homens e mulheres a um encontro salvífico com Jesus Cristo. Todo o resto está em função desta experiência e dela recebe pertinência e sentido. Conseqüentemente as formulações da fé deveriam ter um caráter mistagógico, não se limitando a refletir a expressão correta da verdade salvífica (ortodoxia), mas também provindo de e conduzindo à mesma verdade vivida (ortopraxia) na comunidade eclesial.

O que é passado de geração em geração no que conhecemos como a *Tradição da Igreja*, mais do que formulações corretas, consiste na própria realidade salvífica de Deus, que se doa a Si próprio aos seres humanos na pessoa de Jesus Cristo e do Espírito Santo<sup>7</sup>. E é fundamental que cada comunidade dos fiéis, ao longo da história, experimente esta realidade salvífica, viva a salvação cristã e a torne visível e digna de fé (credível) para a sociedade.

A história do cristianismo é a história de gerações sucessivas de cristãos *tornando realidade e fazendo acontecer* esta experiência central, nos contextos socioculturais e nas situações existenciais mais diversas. Portanto vivendo-a e exprimindo-a em horizontes e linguagens das mais variadas, mesmo no que chamamos “formulações dogmáticas”<sup>8</sup>.

Este fato não se dá sem mais. Pois é grande a tentação de repousarmos nas expressões vitoriosas das gerações passadas,

<sup>7</sup> H.J. POTTMEYER, “Die Suche nach der verbindlichen Tradition und die traditionalistische Versuchung der Kirche”, em: D. WIEDERKEHR (Hrsg.), *Wie geschieht Tradition? Überlieferung im Lebensprozess der Kirche*, Freiburg, 1991, 89-110.

<sup>8</sup> P. NEUNER, “Die Hellenisierung des Christentums als Modell einer gelungenen Inkulturation”, *Stimmen der Zeit* 213 (1995) 363-376; Id., “Von der Bibel zum Dogma. Fragen der Inkulturation”,

conseguidas com muito esforço de fidelidade à realidade salvífica e à cultura respectiva. No fundo a luta pela inculturação da fé é a luta para não deixar o evento salvífico Jesus Cristo ser reduzido a expressões verbais ou a afirmações doutrinárias. Até na disputa teológica mais especulativa em torno de uma formulação dogmática, no fundo, o que está em jogo é o acesso, no interior da linguagem atual, à experiência salvífica cristã, vivida e expressa na linguagem do passado.

A mesma história do cristianismo nos adverte para uma nefasta separação entre experiência salvífica e expressões doutrinárias. A *unidade vivida* de experiência e expressão, de saber e agir, de teoria e práxis, de contemplação e ação, é o que testemunham os escritos neotestamentários, os quais nos relatam as experiências salvíficas e a compreensão que delas tinham os primeiros cristãos. Vida e verdade constituíam uma unidade (Jo 8,31s). Esta unidade foi mantida na época dos Santos Padres, quando então os grandes teólogos da Igreja eram santos, e seus santos mais eminentes eram teólogos. Proclamava-se o Deus da salvação também a partir da experiência da salvação. Irineu de Lion, Agostinho de Hipona, Bernardo de Claraval desenvolveram mesmo uma teologia da experiência cristã.

Com o aparecimento da teologia escolástica, cada vez mais elaborada em padrões acadêmicos devido ao imenso campo de pesquisa aberto com a recepção da filosofia aristotélica, acontece uma funesta separação entre expressão e experiência salvífica. A “teologia da conclusão” dispensa a experiência. De fato a escolástica, em sua fase decadente, afasta-se da vida e dos problemas reais, perdendo-se em disputas entre escolas teológicas e empregando uma linguagem inacessível para os simples fiéis<sup>9</sup>.

Uma concepção verbal da revelação, o intelectualismo da fé e o conseqüente aparecimento da apologética racional, a compreensão teológica da Igreja como “sociedade perfeita”, o clericalismo e a passividade dos leigos, um positivismo que se contenta com

<sup>9</sup> URS VON BALTHASAR, *Einfaltungen. Auf Wege christlicher Einigung*, München, 1969, 15-42.

formulações, uma mentalidade jurídicista, ganharam assim força no interior da Igreja. Já Newman e Blondel haviam se demonstrado insatisfeitos com o intelectualismo da neo-escolástica<sup>10</sup>.

Passo decisivo deu o Concílio Vaticano II. Para recuperar a noção bíblica de revelação e de fé, a compreensão da Igreja como “comunhão” e como “Povo de Deus”, ativo porque animado pela ação do mesmo Espírito que age na hierarquia, os textos conciliares pressupõem sempre *a ação salvífica de Deus acontecendo na história e acessível a todos na experiência cristã*. Quando afirma que a Tradição na Igreja cresce não só pela contemplação, pelo estudo ou pela pregação dos bispos, mas também “pela íntima compreensão que os fiéis experimentam das coisas espirituais” (DV 8), reconhece o Concílio na experiência cristã uma fonte de conhecimento para a Igreja e a teologia.

Portanto a ação do Espírito atinge todo o “Povo de Deus”, levando-o a ativamente conservar sua fé, vitalmente testemunhá-la, mais profundamente penetrá-la, efetivamente vivê-la e corretamente expressá-la. Encontramos aqui o eco das Cartas de Paulo<sup>11</sup>, do Evangelho e da Primeira Epístola de João<sup>12</sup>. É o Espírito que, por ser o Espírito de Deus (1 Cor 2,11-14; Rm 8,9-14) e de Cristo Ressuscitado (Rm 8,9; Fl 1,19), leva o cristão a uma penetração progressiva do mistério de Deus em Jesus Cristo (Jo 14,26; 16,12-15), não só de cunho intelectual, mas global, dada pela *crecente conformidade* de sua vida com a de Cristo.

A experiência cristã comporta assim um *sensus fidei* (sentido da fé) que pode crescer em decorência de uma mais íntima sintonia entre o cristão e o mistério de Cristo. É o que afirma Santo Tomás de Aquino ao explicar o “conhecimento por conaturalidade”, que se dá por ação da luz da fé (STh. II-II q.1 a.4 ad 3). Este aspecto noético da graça da fé, patrimônio comum de todos os cristãos, não

<sup>10</sup> W. BEINERT, “Die Erfahrbarkeit der Glaubenswirklichkeit”, em: H.ROSSMANN-J.RATZINGER (Hrsg.), *Mysterium der Gnade*, Regensburg, 1975, 132-145, aqui 132s.

<sup>11</sup> L. CERFAUX, *Le chrétien dans la théologie paulinienne*, Paris, 1962, 431-469.

<sup>12</sup> I. DE LA POTTERIE, “L’onction du chrétien par la foi”, em: POTTERIE-LYONNET, *La vie selon l’Esprit, condition du chrétien*, Paris, 1965, 107-144.

elimina sem mais a possibilidade de expressões incorretas ou unilaterais, como no-lo demonstra a história<sup>13</sup>.

Mas o Novo Testamento é explícito ao afirmar que quanto mais autêntica for a vida de um cristão, maior capacidade terá ele para perceber a verdade do mistério de Deus revelado em Cristo. São Paulo, que resume toda a lei na caridade (Rm 13,8-10; Gl 5,14), pede que a caridade dos filipenses “abunde cada vez mais em conhecimento e em sensibilidade para discernir o que melhor convém” (Fl 1,9s). Portanto São Paulo pressupõe uma séria conversão do cristão, já que o ser humano que se deixa conduzir pelo Espírito percebe o que é de Deus (1 Cor 2,14s).

## 5. A inevitável interpretação

Qualquer experiência humana significa perceber algo que tem um *sentido*. Uma experiência salvífica afirma que este sentido é a salvação. Este sentido porém sempre surge a partir de um horizonte no interior do qual acontece a percepção ou a experiência salvífica. É este horizonte de compreensão portanto que permite à experiência manifestar seu sentido. Ao experimentarmos ou percebermos as coisas mais simples como uma árvore ou uma mesa, já trazemos um quadro interpretativo prévio (mundo vegetal, mobiliário), que contém experiências, conhecimentos, intuição de uma totalidade prévia. Só posso compreender ou experimentar sobre o fundo de um amplo campo prévio de experiências e intuições práticas que, de certo modo, se entrelaçaram e amalgamaram numa totalidade de sentido, da qual emerge o sentido da coisa particular.

Este horizonte não pode ser conhecido explicitamente em si mesmo, mas nos é dado no momento histórico que vivemos e na linguagem que empregamos. Chegamos a ele mediatamente, através do conhecimento do singular. Conteúdo conhecido e horizonte do conhecimento se condicionam mutuamente. A compreensão do

495

<sup>13</sup> O próprio Santo Tomás abandonou a posição otimista dos primeiros anos de magistério por outra mais realista, como demonstra J. DE GUIBERT, “A propos des textes de Saint Thomas sur la foi qui discerne”, *RSR* 9 (1919) 30-44.

singular é condicionada pela compreensão do todo (horizonte), mas a compreensão do todo será mediada pela compreensão do conteúdo singular. Quanto mais elementos deste todo histórico e lingüístico são trazidos à luz, tanto melhor será a compreensão do sentido do singular.

Pois o “mundo vital” de cada um abrange numa unidade heterogênea perspectivas diversas, intenções teóricas, interesses práticos, valorizações afetivas, modos de agir, experiências pessoais, que constituem o horizonte não tematizado e que, na medida em que emergem no conhecimento explícito (concreto), oferecem melhor a totalidade do horizonte de sentido. Quanto melhor se desvela a totalidade, tanto melhor também se entende seus elementos constitutivos. Tanto é errado procurar interpretar o singular prescindindo de seu contexto, como querer compreender este último saltando por cima dos dados particulares.

Contudo nunca poderemos plenamente desentranhar todos os elementos que constituem o horizonte no qual vivemos. Pois o momento histórico e a linguagem na qual estamos inseridos já foram anteriormente marcados historicamente e interpretados lingüisticamente pelas gerações anteriores, sem que seja possível rastrear e considerar criticamente cada um desses componentes. Portanto é sempre no interior de “nosso mundo” que compreendemos e experimentamos. Daí a inevitável historicidade da nossa existência, do nosso conhecimento, da nossa experiência. Não caímos num relativismo histórico porque o horizonte histórico (mediação) não suprime o caráter imediato da experiência ou da percepção, mas o possibilita.

Na medida que a pré-compreensão (horizonte) condiciona e fundamenta a compreensão, e esta última só revela seu sentido no interior da primeira, concluimos que todo conhecimento implica interpretação por acontecer no interior de um quadro interpretativo. Estamos diante do “círculo hermenêutico”, que não é propriamente um círculo, mas uma espiral que aprofunda a compreensão. A compreensão do singular redundará num melhor conhecimento do horizonte que, por sua vez, repercute numa compreensão mais rica do singular.

O horizonte aparece assim como uma grandeza essencialmente aberta, sujeita a contínua ampliação e aprofundamento, mas também

a constante complementação e correção. Cada vez que algo aparece como inesperado e novo para uma determinada pré-compreensão, esta é questionada e desafiada a compreender este singular rebelde ao quadro interpretativo. Não conseguindo e esbarrando em seus limites, deve então ampliar suas fronteiras e alargar sua perspectiva. Daí a conhecida mudança de paradigmas. Importante é escapar da tentação de se enclausurar em seu horizonte de compreensão, recusando ver sentido no que o extrapola.

À primeira vista o objetivo ideal para se compreender o “outro” é compreendê-lo a partir de seu próprio horizonte. Contudo esta meta jamais poderá ser perfeitamente alcançada, pois assumir completamente a pré-compreensão alheia significa renunciar totalmente à própria, eliminar tudo o que constitui meu horizonte, o que é impossível. Sem mencionar que “minha” compreensão do “outro” estaria sem mais supressa. A diferença de horizontes permanece, sem que a compreensão seja impossibilitada. Pois abrindo-me à realidade do outro percebo algo de seu “mundo”, de seu contexto de pensamento, de seu fundo histórico, de sua problemática e de sua linguagem. Com isso me aproximo de seu horizonte, enriquecendo o meu próprio. Não se pode falar propriamente de uma “fusão de horizontes”, pois jamais poderei apreender todos os componentes, mesmo implícitos, do horizonte alheio.

Portanto o ser humano, como sujeito de conhecimento, está sempre situado no *mundo* que lhe é dado: da experiência, da sociedade, da cultura, da tradição, da linguagem. Não é mais o “sujeito puro” do racionalismo e do idealismo, pois todo homem concreto vive em seu mundo e é por ele condicionado. Deste modo o conhecimento humano, embora chegue à verdade, é sempre limitado e fragmentário. Abrange sempre conteúdos e aspectos parciais da realidade. Esta pode ser compreendida sob outros aspectos, também verdadeiros enquanto não contradizem os anteriores, mas se integram numa unidade mais completa.

Assim a compreensão da realidade nunca é puramente “objetiva”, como se o sujeito da mesma ficasse de fora. Isto vale de um evento histórico, de um texto literário, de um dado científico. O modo de encarar a realidade, as questões que lhe são postas, a interpretação

do sujeito que compreende, entram necessariamente na compreensão da realidade. Esta sempre pode ser vista, questionada e compreendida sob novos aspectos e novos contextos.

## 6. Interpretação e tradição

Uma experiência humana interpretada e expressa poderá sempre ser objeto de compreensão das gerações sucessivas, que a verão sob horizontes diversos do horizonte original. Tais novas experiências compreendidas e tematizadas podem assim revelar aspectos novos da experiência primeira, já que nela não manifestados explicitamente. Toda a história das diversas vivências e interpretações da experiência original pertence, quer queiramos ou não, ao nosso horizonte de compreensão atual quando abordamos e procuramos compreender e refazer a experiência fundante. Deste modo já estamos de certo modo no interior de um contexto histórico por ela inaugurado.

Podemos dizer que esta experiência ou compreensão primeira atuou na história, a tal ponto que podemos falar de uma história da atuação efetiva da mesma. Esta tradição histórica constitui parte integrante de nosso horizonte, condicionando nossas compreensões e experiências atuais. Esta mesma tradição nos oferece um desdobramento de sentido, uma compreensão mais plena, porque manifesta elementos surgidos no curso da história e não explicitamente conscientes no passado. Também podemos afirmar termos uma “consciência histórica” da realidade porque a abordamos a partir do legado que recebemos da história, que condiciona nossas questões à realidade e consequentemente as respostas que dela recebemos.

A tradição histórica pode não significar sempre sucessos e enriquecimentos lineares na compreensão do evento primeiro. A história nos apresenta também deformações e retrocessos. Contudo um devido conhecimento da tradição impede uma abordagem ingênua do evento, que facilmente sucumbe a ilusões e preconceitos. Assim quanto mais houver consciência da pré-compreensão histórica, tanto mais a tradição será fonte fecunda de compreensão. Esta é, no fundo, a inserção num processo de tradição, no qual passado e presente se entrelaçam continuamente.

Deve-se observar entretanto que a tradição não é apenas interpretação, mas também, na interpretação, *seleção*, pois nem tudo entrou igualmente na tradição. Alguns aspectos foram ressaltados, outros marginalizados ou simplesmente omitidos. Tal fato decorre da finitude do conhecimento humano, incapaz de apreender qualquer realidade exaustivamente. Deste modo a leitura do passado é sempre seletiva, e é assim que ele repercute em nosso presente. Assim a tradição histórica pode representar também uma perda e um esquecimento de sentido, não sendo uma realidade (evento salvífico) tão significativa como o foi para gerações passadas.

## 7. Interpretação e experiência salvífica

A reflexão feita até aqui ajuda sobremaneira entendermos o que se passou com a experiência salvífica realizada com Jesus Cristo pelos seus primeiros discípulos. Naturalmente também esta experiência logrou seu sentido à luz do horizonte veterotestamentário, que ofereceu mesmo as categorias para interpretá-la, embora as mesmas se revelassem insuficientes e exigissem um enriquecimento da pré-compreensão tradicional. O dramático esforço dos primeiros cristãos para oferecerem uma compreensão do “evento Jesus Cristo”, refletida nas incipientes cristologias presentes no Novo Testamento, exemplificam o que afirmamos, assim como a pluralidade de expressões encontradas, especialmente nos escritos paulinos, para formular o que estava implicado na experiência de salvação própria dos que abraçavam o cristianismo.

A diversidade das expressões refletem contextos diferentes, novos horizontes, reensão de cunho teórico, são sinais do que foi realmente vivido, sendo assim para as gerações posteriores convites para tais experiências e marcos orientadores de sua correta realização.

Contudo nestas expressões está presente o horizonte que as possibilitou e as configurou. Foi no interior deste contexto que elas aconteceram e foram compreendidas. Este, por sua vez, implica um enorme mosaico de componentes das mais diversas proveniências: expectativas, memórias, tradições, problemáticas, empatias, sejam de cunho religioso ou não, que se refletem nas expressões evangélicas. As expressões da fé são também expressões da vida real, sem que

possamos mais separar conteúdo e forma à semelhança de uma obra de arte<sup>14</sup>. Querer chegar à sua essência deixando de lado a expressão concreta, histórica, contextualizada que nô-la mediatiza, seria como querer compreendê-la abandonando a pré-compreensão que a possibilitou e configurou. Façanha impossível como vimos anteriormente.

E como o nosso atual horizonte é diferente do mundo em que estas experiências foram vividas e suas expressões plasmadas, faz-se mister a interpretação para compreendermos as mesmas. Poderíamos argumentar também pela quase inesgotável riqueza semântica de uma expressão, que desvela seu sentido em correspondência com a perspectiva que a aborda. Este fato aparece claramente na história do cristianismo por ocasião do final da Antigüidade e na Idade Média, quando então se ensinava os *quatro sentidos da Escritura*: o sentido histórico (comunicação de um fato), o alegórico (o que expressa este fato), o tropológico (o que interpela o homem) e o anagógico (que futuro lhe abre). Assim a Palavra da Escritura comunica um conhecimento, que é uma revelação de Deus dirigida à fé, que convida o homem à conversão no amor e que lhe fundamenta a esperança da salvação plena. Portanto podemos caracterizar estes quatro sentidos da Escritura como sentido da ciência, da fé, da caridade e da esperança. Um texto é assim bem interpretado quando consegue implicar estes quatro sentidos, os quais desencadeiam um processo que atinge existencialmente o ouvinte da Palavra levando-o a tomar posição diante da mesma. A perspectiva de fundo desta doutrina corresponde ao que caracterizamos como a abordagem salvífica.

Contudo esta abordagem exige um processo de interpretação para que o próprio *sentido salvífico* se manifeste. Pois a *experiência de salvação* expressa no Novo Testamento não corresponde ao que hoje entendemos como tal. Nesta realidade histórica está incorporada a compreensão que teve em seu tempo, por parte da comunidade que a realizou e expressou. Assim o horizonte desta comunidade

<sup>14</sup> A. HOUTEPEN, "Hermeneutics, Mission and Ecumenism: the art of understanding a communicative God", *Exchange* 24 (1995) 91-105, aqui 106s.

deverá ser conhecido, bem como o próprio horizonte do ouvinte atual, para que tal experiência salvífica possa hoje ser realizada e expressa.

O elemento salvífico presente na experiência cristã não pode ser separado do contexto onde se realiza e manifesta. Não se trata de depurá-lo e posteriormente aplicá-lo a contextos diversos. Ele só existe contextualizado, portanto também o atual contexto pertence à sua realização e manifestação hoje. Nenhum contexto cultural tem valor absoluto, mesmo que reconhecamos ao contexto bíblico (especialmente ao neotestamentário) um papel único por ser *mediação fundante* da nossa experiência salvífica. Mas os demais contextos históricos destas experiências salvíficas, que constituem a Tradição, são importantes, seja por terem determinado o nosso atual horizonte de compreensão, como vimos atrás, seja porque é exatamente nestas mediações históricas que se manifesta o elemento salvífico cristão.

A realidade e compreensão da experiência salvífica não nos é dada sem mais na Bíblia ou na Tradição enquanto tais (seria sucumbir ao fundamentalismo) e nem mesmo no contexto do passado (biblicismo) ou do presente (modernismo). Ela se faz acessível na relação de correspondência, passada e atual, entre expressão e horizonte, mensagem e contexto, experiência cristã e situação vital. A unidade e a identidade é dada na correlação destes fatores implicados na experiência salvífica e em sua compreensão. Assim como a experiência salvífica feita com Jesus e sua respectiva compreensão está relacionada com o contexto sociocultural de Jesus, assim como a experiência salvífica neotestamentária e sua compreensão está relacionada com seu respectivo contexto histórico, assim como a experiência salvífica do período patrístico ou da Idade Média e respectivas compreensões relacionam-se com seus horizontes socioculturais, do mesmo modo a experiência salvífica e a compreensão da mesma em nossos dias deve se relacionar com o contexto sociocultural hodierno<sup>15</sup>.

501

<sup>15</sup> Ver E. SCHILLEBEECKX, *L'histoire des hommes, récit de Dieu*, Paris, 1992, 81s. Ver ainda J. RICHARD, "La théologie comme herméneutique chez Claude Geffré et Paul Tillich", em: *Interpréter. Hommage amical à Claude Geffré*, Paris, 1992, 69-101.

Trata-se portanto de possibilitar e expressar *hoje* experiências salvíficas, realizadas, compreendidas e expressas em outros horizontes históricos. Pois a ação salvífica de Deus continua interpelando homens e mulheres em nossos dias, mas sempre no interior de contextos bem determinados. Devemos *atualizar* a tradição salvífica cristã recorrendo a outras categorias de experiência e de pensamento. A *identidade* da experiência salvífica cristã não pode ser petrificada numa formulação que pairasse acima da história. A mudança sucessiva de horizontes no curso da história tornaria tal expressão doutrinal não só incompreensível e portanto salvificamente ineficaz para outras gerações, como também estímulo para mal-entendidos e erros. Entretanto esta afirmação reconhece sem mais o caráter de verdade das formulações dogmáticas do passado, formulações acertadas em seu tempo e já integradas na grande Tradição que compõe hoje nosso horizonte de fé.

A ação salvífica de Deus chega até nós através da atuação do Espírito Santo, que é o Espírito de Cristo, atualizando este evento de salvação, permitindo-nos experiências salvíficas com outras configurações. Mais ainda. Nosso horizonte nos abre hoje novos sentidos, novas dimensões, novas respostas, até então desconhecidas<sup>16</sup>. Interpretar é de certo modo criar. “Agir como hermeneuta é *criar* interpretações novas e até *produzir* novas figuras históricas do cristianismo em outros tempos e em outros lugares”<sup>17</sup>. Esta criatividade reafirma que a ação salvífica de Deus, o Evangelho como chamamos no capítulo anterior, embora só possa ser encontrada em configurações históricas determinadas, nunca se identifica com alguma delas, sendo, isto sim, fonte das formas e das expressões passadas da fé cristã. Cabe a cada geração descobrir o “acreditável disponível” a partir de seu horizonte respectivo. Aqui entra a novidade da inevitável interpretação, que poderíamos chamar também da inevitável inculturação, com o risco, a incerteza, a ameaça de erro e

<sup>16</sup> Coreth (ob. cit. 130) nos traz o exemplo do texto de Isaías 7,14: “Eis que uma virgem conceberá e dará à luz um filho e seu nome será Emanuel”. Este texto recebe já no Antigo Testamento uma interpretação messiânica que transcendia o sentido primeiro da situação concreta e, ainda mais, no Novo Testamento quando é interpretado cristologicamente e assim entra na Tradição.

<sup>17</sup> C. GEFFRÉ, *Como fazer teologia hoje. Hermenêutica teológica*, S. Paulo, 1989, 59.

mesmo de heresia, que comporta tal procedimento. Ao vivermos em nosso contexto a experiência salvífica cristã estamos hoje criando tradições para nossos pósteros.

## 8. Interpretação e inculturação

Se consideramos que a experiência salvífica cristã acontece *na* experiência humana e que esta pressupõe sempre um horizonte cultural no qual se constitui como tal, então tudo o que afirmamos da interpretação da experiência cristã poderia ser dito da inculturação da mesma. Não há inculturação sem interpretação, mas igualmente não se dá uma interpretação sem inculturação. Se a revelação vai se “desvelando” num processo histórico de interpretação, podemos concluir que a inculturação da fé irá trazer novos elementos para a mesma, irá enriquecê-la com intuições e práticas novas. Não só toda a revelação cristã é inculturada, mas o próprio processo de inculturação aciona o desdobramento da revelação. Apenas cumpre lembrar aqui que o sujeito da inculturação é a *comunidade de fé* que *vive* num mesmo contexto sociocultural suas experiências salvíficas e que cria para exprimi-las uma linguagem própria. Mas esta questão será tratada em outro capítulo.